



Plenário analisa urgência para reforma da CLT

Amanhã os senadores decidem se projeto que muda as leis trabalhistas terá tramitação especial, mais rápida. Presidente do Senado pretende concluir a votação até o dia 12

Onovo embate sobre a reforma trabalhista acontecerá amanhã, quando os senadores devem analisar o requerimento de urgência para votação do projeto pelo Plenário.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, avisou que seu compromisso é votar a reforma até 12 de julho, concluindo a tramitação antes do recesso. Um dos relatores nas comissões, Romero Jucá, está confian-

te de que tanto a urgência quanto o projeto sejam aprovados. Mas as divergências sobre o texto que veio da Câmara racharam a maior bancada na Casa, o PMDB, com 17 senadores a favor e 5 contrários.

A estratégia da oposição, segundo Gleisi Hoffmann, é insistir no adiamento da votação, mesmo com urgência aprovada. Até sexta-feira foram apresentadas 13 emendas, todas de Paulo Paim. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Eunício concede entrevista ao *Salão Nobre*, novo programa da TV Senado

Eunício quer aprovar reforma política para as eleições de 2018

O atual sistema político está falido e é preciso que o Congresso aprove mudanças que possam valer já nas eleições do ano que vem, afirmou o presidente do Senado, Eunício Oliveira, em entrevista ao programa *Salão Nobre*, que estreou na TV Senado na quinta-feira. Ele considerou essencial definir questões como financiamento de campanha, cláusula de barreira para evitar a proliferação de partidos e aperfeiçoamento

do sistema de voto.

O presidente do Senado também avaliou a atuação do Congresso neste momento de crise no país e ressaltou o impacto de propostas importantes aprovadas neste semestre pelo Senado, como a do fim do foro privilegiado e a da renegociação das dívidas dos estados. "A Casa está funcionando", ressaltou. Também garantiu que a reforma trabalhista terá debate amplo no Plenário. **4 e 5**

Medida permite registro de bebê onde vive a mãe **7**

Comissão vota amanhã emendas à MP da desoneração **2**

Professor terá acesso simplificado a licenciatura **7**

ARQUIVO **S**

Greve geral há um século exigiu direitos trabalhistas

Em julho de 1917, 50 mil operários paralisaram quase todas as fábricas de São Paulo, exigindo o fim de condições desumanas de trabalho, em que jornadas diárias de mais de 12 horas eram comuns.

Na época, o país praticamente não tinha direitos trabalhistas: não havia férias, aposentadoria, adicional noturno ou descanso

no fim de semana. Os patrões não respondiam por acidentes de trabalho.

Os grevistas tomaram as ruas e atacaram prédios e bondes, sendo reprimidos à bala pela polícia. A primeira grande greve do país, que durou uma semana, deixou 200 mortos e obrigou o poder público a negociar com os trabalhadores. **8**



Edgard Levenoth/ICP/Unicamp

Polícia montada reprime manifestantes nas ruas de São Paulo em 1917



João Paulo Chelieaux/Contrasto

Situação como a de haitianos que chegam ao Acre será discutida em comissão

Audiência debate migração e condição de refugiados no mundo

Audiência na Comissão de Relações Exteriores vai analisar os fluxos migratórios e a situação dos refugiados no Brasil e no mundo. Os convidados devem discutir as consequências das migrações para os Estados Unidos e para a Europa, as restrições dos países à imigração e a questão dos refugiados.

A política migratória do governo de Donald Trump, as oportunidades da inserção de

estrangeiros para a economia brasileira e a possibilidade de compra de terras no país por estrangeiros também estão na pauta do colegiado.

Outro assunto a ser tratado é a nova Lei de Migração, publicada em 25 de junho, que regula a entrada e a permanência de estrangeiros no Brasil, define os direitos e deveres do migrante e do visitante e estabelece normas de proteção aos brasileiros no exterior. **7**

Senado pode votar PEC que torna estupro imprescritível

Pauta do Plenário de amanhã tem quatro propostas de emenda à Constituição. Uma delas torna o estupro crime imprescritível e inafiançável. A segunda permite a prestação simplificada de contas de pequenos municípios. As outras tratam do recesso parlamentar e de policiais e bombeiros militares que ocuparem cargo público. **2**

Senador Aécio Neves retoma o mandato por decisão do STF

Na sexta-feira, Aécio Neves retomou o mandato de senador, do qual estava afastado por decisão judicial. O ministro Marco Aurélio Mello, relator no STF da ação movida pela Procuradoria-Geral da República, reverteu o afastamento. Pelas redes sociais, Aécio afirmou ter recebido a decisão com "absoluta serenidade". **3**

Cidadão propõe criminalizar homofobia **6**

Agressão a mulher: hospitais podem ter que denunciar **6**

Representantes do comércio falam à CPI da Previdência **7**

Congresso oferecerá visitas a viveiros e bibliotecas **2**

Crime de estupro e contas de municípios estão em pauta

Quatro PECs podem ser votadas em Plenário: a que torna o estupro imprescritível, a que simplifica contas de pequenos municípios e outras sobre o recesso parlamentar e sobre policial que ocupou cargo público

A VOTAÇÃO EM segundo turno da proposta de emenda à Constituição do senador Jorge Viana (PT-AC) que torna o estupro um crime imprescritível está na pauta do Plenário. A PEC 64/2016 é um dos 11 temas na ordem do dia, além da urgência para votação da reforma trabalhista (PLC 38/2017), que pode ser definida na sessão marcada para amanhã (leia na pág. 3).

Outras três PECs estão prontas para votação em primeiro turno. A PEC 77/2015, do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), permite a prestação de contas simplificadas para os municípios de menor porte. A PEC 103/2015, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), permite que o Congresso entre de recesso mesmo sem a aprovação da Lei de Diretrizes



Jane de Araújo/Agência Senado

Proposta de Anastasia simplifica prestação de contas das cidades pequenas

Orçamentárias (LDO). E a PEC 113A/2015, da Câmara dos Deputados, autoriza policiais militares e bombeiros eleitos para cargos públicos a retornar ao posto após os mandatos.

Os senadores podem votar ainda um requerimento de urgência para o PLC 57/2017.

O texto determina que o Poder Judiciário faça a gestão do dinheiro para o pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor (RPV) federais. O projeto permite que bancos públicos sejam contratados sem licitação para administrar os recursos.

Comissão de MP votará desoneração de mais setores

A comissão mista da medida provisória que retomou a contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de pagamentos concluirá amanhã a votação de 15 destaques apresentados ao relatório de Aírton Sandoval (PMDB-SP) aprovado no dia 28.

A MP 774/2017 dá fim à política tributária que substituiu, em 2011, a contribuição social por uma baseada na receita bruta, reduzindo o tributo. No entanto, a MP manteve desonerações para os setores de transportes, construção civil e comunicação. O texto do

relator estende o benefício a outros setores como tecnologia da informação, call centers, calçados, vestuário e estratégias de defesa. O parecer aprovado pela comissão adia, deste mês para janeiro de 2018, o prazo final da desoneração. Os destaques beneficiam outros setores.

Congresso começa a oferecer visitas temáticas

A partir de julho, o Programa de Visitas ao Congresso oferecerá acesso a espaços específicos do Senado e da Câmara dos Deputados não contemplados pelo roteiro da visita diária. Os roteiros especiais incluirão as bibliotecas, os arquivos e os viveiros das duas Casas, para que qualquer cidadão possa conhecer como é feita a gestão da informação e documentação, os acervos artístico e cultural, inclusive com peças raras, e as ações socioambientais.

As visitas já podem ser agendadas. Os grupos devem ter no máximo 14 e, no mínimo, 5 interessados. Qualquer pessoa

pode se inscrever.

Em breve começarão a ser oferecidas visitas temáticas tratando sobre processo legislativo e arte e arquitetura.

Biblioteca

A visita aos arquivos e bibliotecas das duas Casas terá duração de duas horas e ocorrerá em 10 e 31 de julho e em 14 e 28 de agosto. Será permitido, no setor de restaurações, conhecer o processo de reconstrução de livros, documentos e obras de arte.

Nas bibliotecas, haverá explicações sobre o acervo e as obras raras das duas instituições. No setor de arquivo e

documentação, serão mostrados livros e registros históricos.

Viveiros

Nos viveiros das duas Casas, o visitante vai conhecer o processo de compostagem, feito a partir de resíduos orgânicos dos restaurantes localizados dentro do Congresso. O adubo produzido é utilizado nas plantas que compõem os projetos paisagísticos dos jardins do Congresso, das quadras dos apartamentos funcionais e de áreas como o Parque Bosque dos Constituintes.

A visita fornecerá também informações sobre a produção de mudas de plantas para mitigação das emissões de gás carbônico, o uso de defensivos naturais e a manutenção das plantas das salas de trabalho. Mostrará equipamentos e práticas sustentáveis relacionados a bioarquitetura, agroecologia, energias renováveis, captação de água e tratamento local de esgoto. As visitas socioambientais serão em 14 e 28 de julho e em 11 e 25 de agosto.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Visitação ocorre todos os dias, é gratuita e integrada entre Senado e Câmara

Agendamento de visitas: www2.congressonacional.leg.br/visite



Pedro Franqueto/Agência Senado

Na semana passada, 40 servidores de câmaras municipais receberam treinamento de técnicos do programa Interlegis. Eles destacaram para a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka (E), a economia que o uso das ferramentas do programa, desenvolvidas em software livre, proporciona.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- SEGUNDA**
 - CONSELHO DE COMUNICAÇÃO Evento**
9h Análise de relatórios publicidade e propaganda. Às 14h, seminário Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional: conquistas e desafios.
 - CDH Estatuto da Pessoa com Deficiência**
9h Audiência sobre a regulamentação do Estatuto da Pessoa com Deficiência.
 - PLENÁRIO Sessão não deliberativa**
14h Sessão de discursos dos senadores e avisos da Mesa.
 - CMO Lei de Diretrizes Orçamentárias**
14h30 Palestra sobre apresentação de emendas à LDO 2018.
 - CPI DA PREVIDÊNCIA Comércio**
14h30 Audiência com representantes dos cinco estabelecimentos do comércio que mais devem à Previdência.
 - CRE Refugiados**
18h Ciclo de debates vai discutir a migração e a situação dos refugiados.
 - PARLASUL Seminário**
9h Seminário Internacional Erradicação do Trabalho Infantil e Reforma Previdenciária.
 - CAE Emendas à LDO**
10h Análise das emendas à LDO. Depois, pauta de 17 itens.
 - MP 781/2017 Fundo Penitenciário**
10h A comissão da medida provisória, que transfere recursos do Fundo Penitenciário aos fundos dos estados e DF, analisa plano de trabalho.
 - CDH Diretrizes orçamentárias**
11h30 Análise de emendas à LDO 2018. Depois, pauta de 19 itens.
 - CE Merenda para cidades carentes**
11h30 Na pauta de 14 itens, o PLS 440/2012, que prevê assistência estudantil na educação superior, e o PLS 217/2015, que dobra os recursos para merenda escolar em municípios carentes.
 - CMA Emendas**
11h30 Análise das emendas da comissão à LDO 2018. Em seguida, pauta com 10 itens.
 - CSF Orçamento**
12h Análise das emendas da comissão à LDO 2018.
 - VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER LDO**
14h30 Análise das emendas à LDO 2018.
- TERÇA**
 - MP 774/2017 Desoneração da folha**
14h30 A comissão da MP, que acaba com desoneração da folha de pagamento, analisa relatório.
 - MP 783/2017 Regularização tributária**
14h30 A comissão mista da MP, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária, promove audiência pública.
 - PARLASUL Bolívia no Mercosul**
14h Na pauta de 4 itens, a MSG 234/2016, referente ao texto do Protocolo de Adesão da Bolívia ao Mercosul.
 - CRE Emendas**
15h Análise de emendas à LDO.
 - CRA Diretrizes orçamentárias**
15h30 Análise de emendas à LDO.
 - CCT Verba para a ciência**
8h30 O PLC 201/2015, que destina 1% da arrecadação de loterias para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, é um dos 32 itens da pauta.
 - CDR Dispensa de alvará**
8h30 A comissão pode votar o PLC 164/2015, que dispensa alvará de construção no processo de averbação para casas térreas com mais de 5 anos, e mais 7 itens. Depois, análise de emendas à LDO.
 - CAS LDO**
9h Análise de emendas à LDO. Em seguida, pauta de 14 itens.
 - CTFC Mensagens em propagandas**
9h Na pauta, o PLC 30/2017, que proíbe mensagens subliminares em propagandas, e mais 13 itens. Depois, emendas à LDO.
 - CCI Procuradoria-Geral da República**
10h Sabatina de Fernando Cesar Baptista de Mattos para o CNJ. Depois, pauta de 33 itens, com a MSG 37/2017, que trata da indicação de Raquel Dodge para procuradora-geral da República. Por último, escolha das emendas à LDO.
 - CE Emendas**
11h30 Análise de emendas à LDO.
 - CMMC Orçamento**
14h Análise de emendas à LDO.
 - CRA Rastreabilidade de agrotóxicos**
14h Audiência interativa para debater o PLS 337/2008, que institui a rastreabilidade de agrotóxicos.
- QUARTA**

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • Alô Senado: 0800 612211
 Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

Senado vota urgência da reforma trabalhista

Requerimento que encurta a tramitação do projeto garante sua inclusão na pauta de votações após duas sessões ordinárias, mas a estratégia da oposição é adiar a análise

OS SENADORES ANALISAM amanhã requerimento de urgência para votar a reforma trabalhista no Plenário. Se o pedido for aprovado, o PLC 38/2017 entra na pauta após duas sessões ordinárias. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, pretende concluir a votação antes do recesso parlamentar, que começa no dia 18 de julho.

— A reforma pode ser votada na semana que vem, mas meu compromisso com a Casa é votar até 10 ou 12 de julho. Vou seguir o regimento e respeitar a oposição — disse Eunício.

O relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), acredita na aprovação do PLC 38/2017.

— Estamos modernizando a legislação. Mente quem diz que há perda de direitos. Vamos debater, e a maioria deverá votar pela aprovação. Há vontade



Com os dois relatores da reforma, Ferraz e Jucá, Eunício garante que vai respeitar a oposição e seguir o regimento

de avançar para que governo, empresários, trabalhadores e Justiça tenham legislação realista, que possa permitir a empregabilidade.

Mas a proposta divide inclusive o partido do presidente Temer. Maior bancada na Casa, o PMDB tem 17 senadores a favor e 5 contra o texto que veio da

Câmara. Entre os críticos, está Roberto Requião (PMDB-PR).

— Sinto que os parlamentares consideram os trabalhadores como objetos. Eles não têm nenhuma empatia com o trabalho e votam de forma equivocada para a liquidação de todos os direitos trabalhistas num momento de recessão

— disse Requião.

A estratégia da oposição, segundo Gleisi Hoffmann (PT-PR), é tentar adiar a votação da matéria no Plenário, mesmo com a aprovação do regime de urgência.

— Não vamos aceitar que o governo convoque duas ou três sessões num mesmo dia.

Queremos o prazo regimental, com sessões ordinárias a cada dia. Essa matéria só pode entrar em pauta na semana do dia 12 — afirmou Gleisi.

Em regime de urgência, há tramitação especial. Na discussão, os senadores podem falar apenas uma vez e por dez minutos cada um — cinco a favor e cinco contra a proposta. Mas Eunício avisou que concederá a palavra a todos que se inscreverem.

Até sexta-feira, foram apresentadas 13 emendas, todas de Paulo Paim (PT-RS), que receberão parecer em Plenário.

O projeto tem dois pareceres a favor (da Comissão de Assuntos Econômicos e da CCJ) e um contra (da Comissão de Assuntos Sociais). No Plenário, a tendência é de que o projeto seja votado nos termos do último parecer, o da CCJ, que na quarta-feira, recomendou a aprovação.

Ministro do STF autoriza e Aécio Neves reassume mandato

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) retomou na sexta-feira o seu mandato, do qual estava afastado por decisão judicial. O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), reverteu o afastamento, que estava em vigor desde 18 de maio.

A decisão de Marco Aurélio, relator do caso, é passível de recurso por parte da Procuradoria-Geral da República, autora da ação contra o senador. Caso isso aconteça, ela ainda pode ser analisada e revista pela Primeira Turma do STF.

Por meio de suas redes sociais, Aécio afirmou que recebe a decisão “com absoluta serenidade”. Ele destacou que “acredita na Justiça do país” e garantiu que seguirá no exercício do mandato com “seriedade e determinação”. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou por meio de nota que a direção da Casa adotará de imediato as medidas administrativas necessárias ao cumprimento da decisão.

Harmonia

Na decisão, Marco Aurélio elogia a atuação do presidente do Senado, Eunício Oliveira, no caso. “Nunca é tarde para observar-se a envergadura das instituições pátrias, a eficácia da ordem jurídica, enfim a independência e a harmonia entre os Poderes. Paga-se um preço por se viver em um Estado de direito. É módico e está, por isso mesmo, ao alcance de todos: o respeito irrestrito às regras estabelecidas”.



Aécio disse que acredita na Justiça e que seguirá seu mandato com serenidade

Líder do PSDB, Paulo Bauer comemora decisão do Supremo

O líder do PSDB, senador Paulo Bauer (SC), celebrou o retorno de Aécio Neves ao mandato no Senado. Bauer afirmou que a decisão do ministro Marco Aurélio, do STF, está “completamente de acordo” com a Constituição.

— A Constituição assegura que um senador só pode ser impedido do exercício do mandato se ele for flagrado praticando algum ato ilegal ou se houver um processo de obstrução à Justiça. Nenhum dos dois casos alcança o senador Aécio Neves. Agora ele apresentará sua defesa e nós vamos confiar na imparcialidade, na isenção e no julgamento justo — disse.

Plenitude

Bauer também salientou que o Senado volta a ter 81

parlamentares em atividade e pode, assim, voltar a debater “na plenitude” os problemas e demandas do país.

O líder do PSDB garantiu ainda que o partido “tem compromisso com o Brasil” e continuará cumprindo seu papel.



Paulo Bauer afirma que retorno está de acordo com o que diz a Constituição

Confira os comunicados na íntegra

Recebo com absoluta serenidade a decisão do Ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, da mesma forma como aceitei de forma resignada e respeitosa a decisão anterior. Sempre acreditei na Justiça do meu país e seguirei no exercício do mandato que me foi conferido por mais de 7 milhões de mineiros, com a seriedade e a determinação que jamais me faltaram em 32 anos de vida pública.

Senador Aécio Neves

Da mesma forma que cumprimos a decisão do ministro Edson Fachin em relação ao afastamento do senador Aécio Neves, a Direção do Senado Federal adotará as medidas administrativas necessárias ao seu retorno às atividades parlamentares conforme decisão do ministro Marco Aurélio em notificação ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, na manhã desta sexta-feira (30).

Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado Federal

Para Randolfe, retorno de senador à Casa “fragiliza investigações”

Para Randolfe Rodrigues (Rede-AP), a decisão judicial que devolveu o mandato a Aécio Neves “fragiliza” as investigações que estão em curso na Procuradoria-Geral da República (PGR).

Randolfe é o autor da ação no Conselho de Ética e Decoro

Parlamentar do Senado contra Aécio, que foi afastado do mandato em maio, após a delação do empresário Joesley Batista, sócio do frigorífico JBS.

— Respeito qualquer decisão judicial. Entretanto, não me parece ter surgido nenhum fato novo que justifique o retorno ao exercício do mandato do senador Aécio Neves — disse.

A ação por quebra de decoro contra Aécio foi arquivada pelo presidente do Conselho de Ética, João Alberto Souza (PMDB-MA), sob a alegação de falta de provas. No entanto, cinco senadores, incluindo Randolfe, recorreram da decisão.

A decisão do ministro Marco Aurélio não afeta a ação no Conselho de Ética. João Alberto precisa convocar uma reunião para que o Plenário do órgão decida sobre o recurso.



Randolfe é autor de representação no Conselho de Ética contra o senador

Eunício defende reforma política já para eleição de 2018 e diz que atual sistema faliu

Em entrevista exclusiva ao programa *Salão Nobre*, que estreou na TV Senado na quinta-feira, o presidente da Casa afirma que é preciso aprovar mudanças até 30 de setembro e que é essencial definir questões como financiamento de campanha, coligações, cláusula de barreira para partidos e aperfeiçoamento do sistema de voto, com o “distritão” ou o voto distrital misto

O TEXTO DA reforma política deve chegar ao Senado antes do recesso, enviado pela Câmara dos Deputados, disse Eunício Oliveira na entrevista à jornalista Glauciene Lara. Primeiro convidado do programa, o presidente do Senado também falou sobre a atuação do Congresso em um momento conturbado no país, avaliou o impacto de propostas importantes votadas recentemente — como a renegociação da dívida dos estados e a PEC do Foro Privilegiado — e garantiu que a reforma trabalhista pode ser amplamente debatida no Plenário do Senado. Leia os principais trechos da entrevista:

■ O país passa por um momento de turbulência política e econômica e isso vem de algum tempo, o senhor já assumiu a Presidência neste momento. Como é que o Congresso tem se comportado diante dessas turbulências?

Eunício Oliveira: Todos sabemos que o Brasil vive um momento difícil do ponto de vista da economia e da política. Quis Deus, talvez, e o destino que eu sentasse na cadeira de presidente deste Poder neste momento tão conturbado da vida política nacional. E o estilo que trago da minha história, da minha vida política, da minha vida empresarial, da minha vida pessoal é o estilo da conciliação, é de buscar o entendimento. E mesmo com todas essas questões e as dificuldades, o Congresso Nacional nunca obteve uma performance de votações de matérias importantes e na quantidade que nós conseguimos fazer. Desde 2007 até hoje, foi o maior número de matérias votadas, todas as matérias importantes, no Senado Federal. Então a Casa está funcionando naturalmente, os debates estão acontecendo, o regime democrático é importante. E aí quem lutou contra a ditadura militar, como lutei, neste momento está sentado naquela cadeira, no momento mais importante do debate político no país, muitas vezes acirrado e radicalizado. Com paciência temos dado o comando e obtido bons resultados do ponto de vista legislativo, sempre voltado ao interesse da população brasileira.

■ Para solucionar a crise econômica, talvez a matéria mais importante votada foi a renegociação da dívida dos estados.

Nós votamos várias matérias do ponto de vista da economia, de beneficiar a população. E ao votar matérias importantes para beneficiar estados e municípios, estamos beneficiando pessoas, porque as pessoas vivem nos municípios, utilizam serviços públicos, principalmente as pessoas mais simples, mais pobres, que vivem, trabalham e lutam nesses municípios. O Congresso tem dado essa contribuição na negociação de

“Ao beneficiar os municípios, estamos beneficiando pessoas”

dívidas dos estados. Acabamos de aprovar matérias importantes na Comissão de Assuntos Econômicos. Trouxemos em regime de urgência para o Plenário. Fizemos uma reunião com 20 governadores e 3 vice-governadores, com ministro da Fazenda, presidente da República. Fizemos nosso dever de casa. Aprovamos as duas matérias que eram importantes para regularização de dívida dos estados e dos municípios, sem contar várias outras no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas, fazer com que a economia desse uma levantação. Este é o grande problema que temos no Brasil: hoje são 14 milhões de brasileiros que estão desempregados, e temos a obrigação, não apenas o Poder Executivo, mas o Poder

■ O senhor promulgou também a medida provisória que liberou o saque do FGTS. É uma aposta do governo para estimular o mercado de consumo, principalmente agora que a inflação está baixa?

Nós tínhamos na Caixa Econômica Federal bilhões de reais que não pertenciam ao governo nem à Caixa, pertenciam ao povo brasileiro, aos trabalhadores. Então, essa foi uma matéria que me deu muito prazer em sancionar, porque está beneficiando brasileiros em todas as localidades do Brasil. Além disso, utilizamos a correção desses valores para que as pessoas

Legislativo, de dar condição para que essas pessoas possam ter oportunidade de emprego, principalmente uma leva de jovens que está chegando ao mercado de trabalho. Então essa é uma grande preocupação desta Casa e temos buscado dar essa contribuição ao país e aos brasileiros.

■ Uma outra matéria econômica foi a derrubada do veto do ISS, imposto municipal. O senhor participou da negociação desse veto? Houve uma negociação com o Poder Executivo?

Fui convidado a fazer uma palestra no dia em que os municípios brasileiros estavam todos reunidos aqui em Brasília, através da Confederação Nacional de Municípios. Tinha cerca de 5,5 mil, 6 mil pessoas, e de pé as pessoas pediam que eu colocasse aquele veto na pauta do Congresso. E eu me comprometi a fazer a pauta incluindo esse veto. Ao fazer a harmonia dos Poderes, liguei para o presidente da República dizendo que talvez fosse melhor o governo fazer a reversão daquele veto porque senão nós iríamos derrubá-lo no Plenário do Congresso. E então obtive do presidente, com certa dificuldade com a área econômica, mas obtive do presidente o apoio para que a base de sustentação do governo pudesse encaminhar favoravelmente à derrubada do veto. Os municípios onde as pessoas utilizam seguro-saúde e pagam naquele município, onde as pessoas utilizam cartão de crédito e pagam naquele município, que eles possam receber aquele ISS. Até pouco tempo atrás, era concentrado em apenas alguns municípios e estados. A Federação tem que ser pra valer. Somos uma federação de estados brasileiros. Então é preciso que tenhamos distribuição da arrecadação da carga tributária brasileira a todos os municípios. Foi o que fizemos. Uma das matérias mais importantes para o cidadão e para os municípios brasileiros. Ou seja, no município em que você contribui, o benefício do imposto que já é cobrado (não é imposto novo) vai se reverter em educação,



Presidente do Senado, Eunício Oliveira concede entrevista à Glauciene Lara no Museu do Senado, conhecido como Salão Nobre: cenário do programa tem ao fundo painel de Athos Bulcão e escultura de Alfredo Ceschiatti

recebam o valor corrigido. Matéria dessa natureza ajuda a economia, mas ajuda fundamentalmente as pessoas. Ouvi pessoas na televisão dizendo que iam botar na poupança metade desse dinheiro, mas com a outra metade iam fazer um banheiro na sua casa, pagar uma conta atrasada, ajudar um parente doente.

■ Essa questão da liberação do FGTS também está na reforma trabalhista, que tem sido polêmica aqui no Senado. O senhor particularmente tem um lado?

Há necessidade de se atualizar a CLT — que foi algo extraordinário feito lá atrás, em 1940, mas precisa ser atualizada. Quanto à forma de atualização, quais os itens, esse é um debate da Casa, um debate extremamente democrático. Fiz no Plenário do Senado duas sessões específicas para debates. Eu poderia ter distribuído para apenas uma comissão, mas distribuí para três comissões, para que fizéssem audiências públicas, ouvíssem as partes contrárias e favoráveis à reforma. Isto é próprio da democracia: fazer o debate e no final fazer a votação. Quem tiver votos ou mais condição de convencer o outro lado vai

“É próprio da democracia fazer o debate e depois fazer a votação”

ser o vencedor. Não tenho partido nessa questão. Tenho a responsabilidade de tocar as reformas, para que o Brasil se modernize, para que tenhamos uma Previdência que possa pagar seus servidores. Sobre a negociação com os estados brasileiros, votamos uma matéria de urgência para atender dois estados que não tinham mais condições de pagar seu funcionalismo,

seus aposentados, o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro. Não podemos deixar o Brasil chegar a esse ponto. Portanto, o debate é extremamente saudável. Tenho convicção de que quando a reforma trabalhista chegar no Plenário do Senado será amplamente debatida. Vou dar espaço para que todos os senadores tenham o tempo regimental para fazer o debate. Se precisar de um dia, faremos em um dia, se precisar de uma semana, faremos em uma semana, para que saia do debate — que é democrático, que é legítimo — o resultado final, que é o resultado esperado para que essa reforma possa acontecer no Brasil.

■ O senhor citou as reformas previdenciária e trabalhista. Outra que tem sido falada e é importante para o sistema político brasileiro é a reforma política.

O que dá para fazer até outubro para valer nas eleições de 2018?

Essa é uma reforma das mais importantes porque estamos presenciando uma grande crise política, pelo modelo político que era o de financiamento por empresas privadas. Por mais ingênua que seja, a contribuição está sendo colocada sob suspeição, porque aquele sistema faliu. Faliu, não temos dúvida em relação a isso. A reforma política é essencial e temos até 30 de setembro para fazer. Conversei com o presidente [da Câmara dos Deputados] Rodrigo Maia e ele está colocando em debate, para colocar em votação, a questão da cláusula de barreira, da extinção dos chamados minipartidos que fazem uma coligação

— e temos exemplos aqui de pessoas que disputaram mandato, receberam mais de 100 mil votos e não obtiveram a cadeira de deputado, e pessoas que nessas coligações, da forma como eram feitas, com 6 mil votos estão sentadas numa cadeira. Esse sistema faliu e não podemos continuar com ele. Proibimos financiamento de empresas privadas para campanhas políticas. Só temos hoje a condição da pessoa física, e o Brasil não tem tradição de pessoa física fazer doação a candidatos, diferentemente dos Estados Unidos e outros países. Não tem essa tradição porque o financiamento era feito por empresa, era legal, tinha legislação que o amparava. É preciso que a reforma seja aprovada antes de setembro, que definamos um calendário para também aprovar financiamento de campanha.

■ O senhor acha que tem que mexer no financiamento de campanha?

Com a estrutura que nós temos hoje, com a proliferação de partidos... O presidente do TSE, ministro Gilmar Mendes, me disse há pouco dias que tem mais de 20 partidos prontos para serem instalados no Brasil. Como se não bastasse a quantidade de partidos que nós temos! Então esse fim das coligações e a cláusula de barreira vão permitir que a gente enxugue a quantidade de partidos e evoluamos para o voto distrital misto, para que as pessoas escolham nos seus distritos os seus representantes, e aqueles que acharem que têm mais popularidade, que têm mais trabalho pelo estado inteiro, possam disputar

pelo estado inteiro. Temos que evoluir e aprovar algo já para as eleições de 2018. Portanto há uma interface entre esta Casa e a Câmara dos Deputados,

“O Brasil não tem tradição de pessoa física doar a candidato”

entre os dois presidentes, entre as lideranças, para que a gente tenha condições de aprovar essa matéria antes da data prevista de setembro para valer já nas eleições de 2018. Se isso não acontecer, quem tiver juízo vai ter dificuldade inclusive de fazer disputa eleitoral. Como não há regras e não há financiamento, como se faz campanha sem recursos? Isso não existe! Precisamos evoluir o mais rápido possível para aprovar a matéria.

■ Como vai funcionar? O Senado já votou cláusula de barreira, fim das coligações em eleição proporcional, mandou a matéria para a Câmara. A Câmara tem comissão específica para reforma política que está votando o texto e vai mandar ao Senado. Como fica a tramitação?

Essa matéria foi aprovada primeiro no Senado e depois foi para a Câmara. Cabe ao Senado, no retorno da matéria, optar por aquilo que esta Casa votou — é assim que determina o regimento — ou pela matéria que a outra Casa votou. Estamos discutindo. Se houver esse entendimento final do texto entre Senado e Câmara, podemos optar perfeitamente pela matéria aprovada na Câmara. Se não, podemos optar pela matéria aprovada no Senado.

■ Está em aberto ainda essa questão de qual texto terá prioridade...

Ainda não foi votado na Câmara. Eu espero

que a Câmara, como disse o presidente Rodrigo Maia, agilize. Ele me disse que vai entregar ainda neste semestre, antes do recesso parlamentar, para que a gente tenha condições de avaliar e votar o mais rapidamente possível no Senado.

■ E dá para mudar o sistema de voto a tempo? É a matéria que mais tem polêmica sempre. Alguns partidos defendem a lista fechada, outros defendem sistema distrital, distrital misto. Já há entendimento entre os partidos?

Neste momento o que está se falando muito é o chamado voto distritão. Sinceramente, acho que devíamos adotar de imediato o voto distrital misto, que acho que é o melhor para a política brasileira. Mas temos que fazer uma transição. Nesse caso podemos aprovar o distritão, que vai dar uma certa correção ao que temos hoje, que é entregar aos mais votados o mandato eletivo. O sentimento da população é que vai valer na questão do distritão, assim como

“Preservamos a vaquejada, uma cultura que é secular no Nordeste”

no distrital misto. Tem que prevalecer em uma democracia o desejo majoritário da população, o que não acontece hoje.

■ O senhor acha que o financiamento público de campanha continua?

Nós temos que encontrar uma forma. Com o modelo que temos hoje, não há como se fazer financiamento público de campanha. Com modelo adequado, com financiamento aos partidos políticos, com acompanhamento, e talvez até com a distribuição desses recursos feita pelo próprio TSE, aí tenhamos uma condição de uma eleição mais clara, mais limpa, sem subterfúgios nem os chamados grupos ou direções partidárias fazendo o comando e escolhendo aqueles nomes que melhor lhes convierem. A lista é importante. Muitos países adotam lista. Mas neste primeiro momento acho que teremos dificuldade de aprovar a lista. Meu sentimento é que nós vamos evoluir para o distritão e na eleição de 2022, se Deus quiser, teremos uma eleição com voto distrital misto.

■ Outras matérias votadas pelo Senado neste semestre foram abuso autoridade e a PEC do Foro Privilegiado. Foram para a Câmara. Há um entendimento da Câmara para votar essas matérias? Porque geralmente o que acontece é que o Senado vota e, lá na Câmara, para.

Há um entendimento na Câmara e um bom relacionamento entre os dois presidentes. Matérias estão sendo discutidas e estão sendo votadas. Eu recebi aqui o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que me trouxe a matéria do abuso de autoridade. Então, ninguém vai defender abuso de autoridade, nem o Ministério Público, nem nós. Esse é um tema que já está na Câmara e que foi discutido inclusive com outros Poderes, e inclusive com o Ministério Público, para que a gente pudesse aprovar no Senado. Houve um amplo debate. Já o fim do foro privilegiado era um desejo da sociedade brasileira. Temos cerca de 38 mil brasileiros com prerrogativa de foro e as pessoas imaginavam que só quem tinha foro no Supremo eram deputados e

senadores. Não. Do presidente da República a um juiz de direito, a um promotor, todos têm prerrogativa de foro... Aprovamos a unanimidade e encaminhamos à Câmara. Não tenho dúvida de que a Câmara dos Deputados vai aprovar essa matéria, porque ela representou o sentimento unânime aqui do Senado e representa hoje o sentimento quase unânime, acredito, da população brasileira.

■ A PEC da Vaquejada foi aprovada no Senado neste semestre, e o Supremo havia declarado a vaquejada inconstitucional. Houve negociação do Congresso com o Supremo nessa matéria?

Para ser sincero, acho que a gente precisa acabar com os preconceitos no Brasil. A vaquejada é uma tradição secular. Enquanto diziam que havia maus-tratos aos animais em uma corrida de apenas 100 metros com um colchão de areia de cerca de 40 cm, com rabo artificial no boi, para não judiar do animal, outro esporte, digamos, elitista — e é um

esporte importante — como o hipismo não maltratava o cavalo, o rodeio que amarra o boi pela cintura não maltratava o boi. Mas no Nordeste os vaqueiros estavam impedidos por essa decisão. O que fizemos? Alteramos a Constituição para não permitir maus-tratos, proteger os animais que estão à disposição da vaquejada, preservar uma cultura que é secular no Nordeste e preservar também 723 mil empregos que essa atividade gera. Há homens que vivem exclusivamente da ferradura de animais. Eu vi um cidadão questionando sobre como iria sustentar a família: “Tenho cinco filhos, não sei como vou sustentar minha família, porque desde criança aprendi com meu pai a ferrar animais e eu não sei fazer outra coisa. A extinção da vaquejada é a extinção do meu trabalho, da minha dignidade”. Aquilo, sinceramente, me sensibilizou, e tive o privilégio de promulgar algo que estava gerando mais de 700 mil empregos, uma tradição do Nordeste, da sua cultura, da sua gente, e preservando o direito de não maltratar animais. Como dizia Euclides da Cunha, o nordestino é antes de tudo um forte, mas também um forte crédulo, alguém que acredita em Deus e tem esperança. Nós esperamos 150 anos pela transposição das águas do São Francisco e tive o privilégio de assinar, com o ministro Helder Barbalho e com o presidente [da República] em exercício, Rodrigo Maia, uma ação do Congresso com o Poder Judiciário, através da ministra Cármen Lúcia, que liberou essa importante obra, para que quatro estados nordestinos — Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba — pudessem receber as águas do Velho Chico. Foram 150 anos de espera que agora se tornam realidade. Se nós não trouxéssemos essas águas do São Francisco, a partir de novembro não teríamos mais condições de abastecimento de água para Fortaleza e para a região metropolitana, além de beneficiar milhares de agricultores. Agora estamos numa nova luta, que é de adiar o prazo de 2012 para 2016 da renegociação de dívidas de pequenos agricultores do Nordeste brasileiro sacrificados junto ao Banco do Nordeste.



Geraldo Magela/Agência Senado — 17/5/2017

Dia Internacional de Enfrentamento à Homofobia é debatido em audiência da Comissão de Assuntos Sociais presidida por Marta Suplicy (3ª à esq.)

Ideia legislativa para criminalizar homofobia obtém 52 mil apoios

Para se transformar em projeto de lei, proposição de cidadão paranaense precisa ser aprovada na Comissão de Direitos Humanos

A PROPOSTA DE um internauta para criminalizar a homofobia recebeu em apenas oito dias mais que o dobro dos 20 mil apoios necessários para se tornar uma sugestão legislativa. Lucas Veiga Couto, de Colombo (PR), propôs no Portal e-Cidadania, do Senado, como ideia legislativa a punição de pessoas que atacam ou ofendem outras por sua orientação sexual.

Para se tornar uma sugestão legislativa (SUG) e começar a tramitar no Senado, uma ideia legislativa deve receber no mínimo 20 mil manifestações de apoio. Em seguida, ela é encaminhada para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), responsável por receber as propostas dos cidadãos em primeira instância. Caso aprovada, a ideia pode então virar projeto de lei e ser relatada por um senador membro da CDH.

A proposição de Couto tinha até outubro deste ano para receber o número mínimo de votos positivos, mas até o dia 28 de junho já contava com 52.522 apoios. Para ele, a homofobia, rejeição ou aversão ao homossexual e à homossexualidade, é o motivo dos crimes contra pessoas LGBT e, portanto, precisa ser criminalizada.

Luta antiga

Uma outra proposta tramita na Casa: a SUG 5/2016 criminaliza os casos de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, além de equipará-los ao crime de racismo. A proposta está na CDH e foi feita por Gustavo Don, de Mogi das Cruzes (SP). O relator na CDH da sugestão legis-

lativa, Paulo Paim (PT-RS), é favorável à proposta. Para o senador, não há dúvidas sobre a necessidade de proibir esse tipo de discriminação e de garantir o direito universal à igualdade e à diversidade.

Em seu relatório, Paim defende que “a premissa é o combate ao preconceito contra as pessoas em razão de sua cor, etnia, religião, de sua origem, de seu gênero, de sua idade, de sua orientação sexual, de sua condição de pessoa com deficiência”. O senador declara-se convicto que “ninguém perde e todos ganham com a proposta apresentada”.

— A punição tem que ser exemplar para todo aquele que agredir alguém devido a sua orientação sexual. Nós estamos falando de assassinatos, de agressões com sequelas da maior gravidade. Estou convencido que o projeto será aprovado — declarou.

Paim também foi um dos relatores do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/2006, que criminaliza a homofobia, mas que foi arquivada no fim da última legislatura. A proposta tramitou no Congresso Nacional por mais de nove anos — sendo seis no Senado —, foi analisada em três comissões e chegou a ser arquivada também em 2011 para logo ser desarquivada por Marta Suplicy (PMDB-SP).

Como alternativa para o novo arquivamento, a senadora defende que itens do PLC sejam incorporados ao texto do novo Código Penal.

Evangélicos

A Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional manifestou-se de forma contrária à sugestão apresenta-

da. Em nota, diz que “o direito de um cidadão, em virtude de sua orientação sexual, não deve ser sobreposto ao dos demais se existem regras claras que protegem a todos”.

Criminalização no DF

No dia 23, o governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, regulamentou a Lei 2.615/2000, que prevê a punição por constrangimento, preterimento e violência motivada pela orientação sexual da vítima. O governador efetuou a regulamentação da lei em resposta a uma demanda do Ministério Público, que cobrava o cumprimento da norma. Rollemberg é um dos quatro autores da lei.

No entanto, apenas três dias depois de decretada a regulamentação, a Câmara Legislativa do Distrito Federal derrubou a decisão de Rollemberg por 9 votos a 6, com 2 abstenções. A justificativa dos deputados distritais foi pautada na “proteção familiar”.

Magno Malta (PR-ES) foi favorável à decisão da Câmara Legislativa de sustar o decreto do governo. O senador defende que a homofobia não é classificada como um “tipo penal” no Código Penal.

— A pessoa que faz opção pelo homossexualismo tem que ser respeitada, assim como nós [cristãos] que acreditamos na defesa da família tradicional — disse.

O governo do Distrito Federal ainda pode recorrer da decisão na Justiça. Dessa forma, o caso passaria para análise do Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Projetos obrigam profissionais de saúde a notificar violência contra mulher

Começaram a tramitar no Senado dois projetos de lei que tornam obrigatória a denúncia, pelos profissionais de saúde, da ocorrência de violência contra a mulher. Os projetos estão em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 202/2017 torna obrigatória a comunicação à autoridade policial, pelo profissional de saúde, de casos de violência contra mulher ou pessoa com identidade de gênero feminina. O mesmo procedimento deverá ser adotado no caso de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.

O projeto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei 10.778/2003, sobre notificações compulsórias. No estatuto, é prevista a notificação obrigatória ao Conselho Tutelar, mas não a autoridades policiais.

De acordo com o autor, Jorge Viana (PT-AC), a “imediate comunicação dessas situações à autoridade policial é necessária e adequada” por três motivos: tornará possível a coleta de provas relacionadas aos crimes praticados, auxiliará na identificação dos criminosos envolvidos e contribuirá para reduzir os casos de subnotificação.

Maria da Penha

Já o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 61/2017, da deputada Renata Abreu (Pode-SP), altera a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) para determinar que os profissionais de saúde, quando houver indícios de ocorrência de violência contra a mulher, registrem o fato no prontuário da paciente. Os objetivos do registro são a documentação estatística, a prevenção e a apuração da infração penal.

Além da marcação no prontuário do paciente, o profissional deverá notificar a direção da instituição de saúde onde ocorreu o atendimento. A direção da instituição de saúde terá então um prazo de 24 horas para comunicar o fato às autoridades policiais. Além disso, o projeto exige que as autoridades policiais informem a Secretaria de Segurança Pública a respeito dos casos para fins estatísticos.

As duas propostas aguardam a designação de um relator na CCJ.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Comissão debate hoje migração e refugiados

Ciclo O Brasil e a Ordem Internacional, promovido pela CRE, reúne em audiência especialistas e representante da ONU para discutir políticas migratórias no país e no mundo

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) promove hoje, às 18h, uma audiência pública do ciclo O Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras?. Desta vez, o tema são as migrações e a situação dos refugiados.

Os especialistas convidados devem discutir os fluxos migratórios e as consequências para os Estados Unidos e para a Europa, as restrições dos países à imigração e a questão dos refugiados. Também estão na pauta a política migratória do atual governo norte-americano, as oportunidades

da inserção de estrangeiros para a economia brasileira, a nova lei de migração do Brasil e a possibilidade de compra de terras brasileiras por estrangeiros.

Foram convidados para o debate o consultor legislativo do Senado Tarciso Dal Maso Jardim, o professor Renato Zerbini, do UniCeub, o professor André de Carvalho Ramos, da USP, e o representante da Agência da ONU para Refugiados (Acnur) no Brasil, Gabriel Gualano de Godoy.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate



Imigrantes haitianos em Brasileia, no Acre: fluxos migratórios e inserção de estrangeiros também serão tema do evento

Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Acre

MP permite registro de bebê em local de moradia

O Congresso começou a analisar a medida provisória que determina que a certidão de nascimento poderá indicar como naturalidade do filho o município onde ocorreu o parto ou o de residência da mãe na data do nascimento, desde que localizado no Brasil.

A MP 776/2017 encontra-se na comissão mista que analisa. Depois, segue para votação nos Plenários da Câmara e do Senado, onde a relatora é Regina Sousa (PT-PI).

A medida foi editada pelo governo com a justificativa de que as pequenas cidades do país não têm nenhuma maternidade, o que obriga

as grávidas a se deslocarem para outros municípios para darem à luz. Nesses casos, pela Lei de Registros Públicos (LRP — Lei 6.015/1973), o bebê hoje é registrado como tendo nascido na cidade do parto, e não na dos pais, onde ele tem os laços afetivos.

Por exemplo, as gestantes que moram no município pernambucano de Triunfo, situado no Vale do Pajeú, costumam viajar até Serra Talhada, distante 33 quilômetros, para ter os filhos no hospital local.

Para a criança em processo de adoção e ainda sem registro, a MP permite a opção

pelo município de residência do adotante na data do registro, ou pelo local do parto e do local onde reside a mãe biológica, que hoje é a única possibilidade.

A MP 776 promove outras mudanças na LRP para adequar a norma ao novo conceito de naturalidade. Assim, o texto determina que o registro (assento) e a certidão de nascimento farão menção à naturalidade, e não mais ao local de nascimento. No assento de matrimônio, também constará a naturalidade dos cônjuges em substituição ao lugar de seu nascimento.

Com Agência Câmara

CPI da Previdência Social ouvirá representantes do setor de comércio

A CPI da Previdência reúne-se hoje, às 14h30, para ouvir os representantes dos cinco estabelecimentos da área do comércio que mais devem ao setor, conforme relatório da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Será a 16ª audiência pública da CPI do Senado destinada a investigar a contabilidade da Previdência e esclarecer, com precisão, as receitas e despesas do sistema e os desvios de recursos.

Devem comparecer ao debate representantes da Megafort Distribuidora Importação e Exportação, da Companhia Brasileira de Distribuição, das Lojas Americanas, da Elmo Calçados e do Vianense Supermercados.

Na última audiência do colegiado, na quinta-feira, foram ouvidos devedores do setor industrial.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate



Certidão de nascimento poderá indicar como naturalidade do filho o município de residência da mãe na data do parto

DÊ SUA OPINIÃO

FGTS poderá ser sacado no nascimento de filho

O PLS 321/2016, do senador Telmário Mota (PTB-RR), inclui o nascimento ou a adoção de um filho entre as razões que permitem o saque ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A proposta encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais.

Na justificativa, Telmário diz ser necessário disponibilizar recursos extras ao trabalhador para cobrir despesas com o filho. “Trata-se de medida justa que promove, ao mesmo tempo, a proteção integral do menor e o valor social do trabalho”, observa.

Qual a sua opinião sobre o projeto?
Vote em:
<http://bit.ly/PLS321-2016>

Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do Portal e-Cidadania:
senado.leg.br/ecidadania

Comente também na página do Senado no Facebook:
facebook.com/senadofederal

Professores do ensino básico terão sua licenciatura facilitada

Proposta de Cristovam Buarque (PPS-DF) que facilita o acesso de professores do ensino básico da rede pública a cursos superiores vai à sanção presidencial. A Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira, o texto do PLS 322/2008.

Pelo projeto, as universidades e faculdades deverão criar processo seletivo diferenciado para os professores concursados que querem concluir uma licenciatura, prioritariamente em Pedagogia, Matemática, Física, Química, Biologia e Língua Portuguesa.

A proposta altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(LDB — Lei 9.394/1996).

— É um grande incentivo para que esses professores continuem sua formação. Depois de certa idade, passar no vestibular é uma coisa muito difícil. Um professor que já tem 15 anos de carreira, chegando aos 40, fazer concurso com essa meninada que termina o ensino médio agora? Disputar o Enem? Praticamente nem tem chance. Então ele terá outra porta para entrar. E vai ser bom para a faculdade, para a universidade, que vai receber um aluno já com formação. Estou satisfeito que esse projeto tenha chegado à conclusão. Agora falta a sanção do

presidente — disse Cristovam, na sexta-feira.

Poderão utilizar o benefício profissionais concursados da rede pública nos níveis municipal, estadual e federal, com pelo menos três anos de experiência e sem diploma de graduação, tanto do ensino regular e da educação especial quanto da educação de jovens e adultos.

— Esse foi meu primeiro projeto quando entrei no Senado. Terminou sendo arquivado por algumas razões. Voltei e apresentei outra vez. Estou muito satisfeito de dar essa chance aos professores — acrescentou o senador.

A LDB determina que os professores da educação básica deverão ter formação superior. Mas é admitida, para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a formação mínima oferecida no ensino médio, camada de curso normal. Esse público, em especial, será beneficiado com a proposta.

— O Brasil ainda tem muitos professores sem graduação, e a graduação ajuda muito, embora eu não ache que seja uma coisa absolutamente necessária, porque tem professores sem graduação muito bons — declarou.

Há 100 anos, greve geral parou São Paulo

Operários cruzaram os braços em quase todas as fábricas da capital paulista em julho de 1917 exigindo melhores salários e condições de trabalho. País praticamente não tinha direitos trabalhistas

Ricardo Westin

HÁ 100 ANOS, São Paulo vivia dias de completa anormalidade. Em certas horas, parecia uma cidade fantasma: ruas desertas, comércio de portas abaixadas, indústrias com o maquinário desligado, bondes parados, escolas sem aula. Em outras horas, tornava-se palco de espetáculos de violência.

Em julho de 1917, 50 mil operários (10% da população paulistana) paralisaram praticamente todas as fábricas de São Paulo — de tecidos, chapéus, sapatos, móveis, fósforos, parafusos, cerveja, farinha —, exigindo o fim das condições desumanas de trabalho. Foi a primeira grande greve do Brasil.

A cidade fantasma dava lugar à violência e ao sangue quando os grevistas atacavam fábricas, armazéns e bondes, e a polícia os reprimia à bala. A greve geral durou uma semana, deixando 200 mortos nos dois lados.

Senado

Documentos de 1917 guardados no Arquivo do Senado e no Arquivo da Câmara mostram que quase não existiam direitos trabalhistas. Cada fábrica fazia suas regras. Os empregados trabalhavam no mínimo 12 horas por dia.

— Obrigar um homem a trabalhar mais de oito horas por dia é uma exigência superior às forças humanas — argumentou o senador Raimundo de Miranda (AL).

O senador Alfredo Ellis (SP) respondeu, mostrando que a redução da carga de trabalho não era um direito tão óbvio assim:

— Nós, do Poder Legislativo, não podemos decretar horas de trabalho.

Não havia férias, aposentadoria, adicional noturno nem descanso no fim de semana. Os salários eram baixíssimos. Mulheres e crianças desempenhavam as mesmas tarefas dos homens, mas recebiam ainda menos. As operárias eram vítimas frequentes de assédio sexual.

Não existia carteira de trabalho. Os patrões não respondiam pelos acidentes nas fábricas. As greves eram ilegais. Os empregados que participavam das paralisações eram demitidos.

O governo parecia não se importar com a mentalidade escravagista que, três décadas após a abolição, persistia no país.

— O proletariado nacional não tem recebido a menor lei que o ampare — acusou o deputado Maurício de Lacerda (RJ) às vésperas da greve geral. — Vários projetos de lei pejavam o seio do Congresso, mas todos eles, preocupados com o efeito eleitoral, deixaram o problema sem solução, pois entregaram as soluções reclamadas pelos trabalhadores aos regulamentos do Poder Executivo, que só podia representar os patrões.

O Brasil assistia a greves desde a segunda metade do século 19, mas elas não se comparavam à que viria em 1917, pois mobilizavam grupos restritos e não tinham maior repercussão.

A fagulha da greve geral em São Paulo foi a paralisação dos operários do Cotonifício Crespi, uma fábrica de tecidos localizada na Mooca. Ela desencadeou um efeito dominó.



Operários protestam em São Paulo em 1917: greve geral plantou semente das primeiras leis trabalhistas do Brasil

Homens, mulheres e crianças de várias outras indústrias seguiram o exemplo, dando ao movimento paredista um alcance inédito.

1ª Guerra Mundial

Os trabalhadores eram insuflados pelos colegas italianos e espanhóis adeptos do anarquismo (doutrina que considera o governo opressor e prega o fim do Estado).

— Os anarquistas, dirigindo os elementos operários, impediram a vida da cidade, atacaram a propriedade e mataram. A polícia não poderia tratá-los a bombons e chocolate — disse o deputado Álvaro de Carvalho (SP).

Apoiador da greve, o deputado Maurício de Lacerda retorquiu:

— Os operários, sempre que reclamam pacificamente, são esquecidos. Sempre que suas reclamações tomam uma forma ofensiva, são metralhados.

Em 1917, a indústria brasileira engatinhava, mas já lucrava muito. A eclosão da 1ª Guerra (1914-1918) comprometera a produção da Europa, o que deu às manufaturas do Brasil um espaço privilegiado no mercado mundial. Para dar conta da demanda, os empregados passaram a trabalhar mais, mas sem ganhar nem um centavo extra.

Os grevistas se agruparam no Comitê de Defesa Proletária e unificaram a pauta de reivindicações, mas não sabiam exatamente com quem negociar. Inexistia uma entidade que representasse a indústria como um todo. O presidente Wenceslau Braz, o governador Altino Arantes e o prefeito Washington Luiz estavam mais preocupados com a repressão das passeatas, dos comícios e das depredações do que com

a negociação.

O acordo acabou sendo costurado pelos diretores dos grandes jornais de São Paulo. Organizados na Comissão da Imprensa, eles levavam as propostas dos operários ao poder público e aos industriais. O fim da greve geral foi assinado na redação do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Os empresários prometeram elevar os salários em 20%, não demitir os grevistas, respeitar o direito de associação dos empregados e “melhorar as condições morais, materiais e econômicas do operariado”. O poder público anunciou que libertaria os grevistas presos.

A vitória, entretanto, acabou sendo temporária.

— Meses depois, os empresários começaram a voltar atrás nos compromissos — diz o historiador Luigi Biondi, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). — De qualquer forma, a greve de 1917 representou uma conquista histórica: foi a primeira vez que o poder público no Brasil negociou com os trabalhadores.

Mesmo com todo o sangue derramado, o governo e o Congresso não se mexeram de imediato para criar leis trabalhistas. Em vez disso, dedicaram-se a questões secundárias.

O senador Raimundo de Miranda acreditava que o importante era combater a inflação galopante, que, na visão dele, era a maior fonte de insatisfação dos trabalhadores.

— Esta carestia de vida resulta de uma vergonhosa especulação comercial. Ainda ontem, tive ocasião de ver que se vendia por 4 mil réis o quilo da banha, gênero de primeira necessidade que há poucos dias custava 2,4 mil

réis — disse ele ao apresentar um projeto de lei que obrigava os industriais a elevar o salário dos empregados toda vez que seus produtos ficassem mais caros.

Para o senador Adolfo Gordo (SP), a solução seria expulsar do país os estrangeiros que instigassem as greves. Ele era o autor de uma lei que previa a deportação, mas fora julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

— Decidir que o Brasil não tem a faculdade de expulsar estrangeiros é tornar o país um asilo de anarquistas, bandidos, cafetões, vagabundos e outros elementos detestáveis.

Trabalho infantil

Os direitos trabalhistas teriam que esperar alguns anos. Em 1923, aprovou-se uma lei que impedia as demissões arbitrárias, dando ao empregado alguma estabilidade no emprego. Em 1927, veio uma lei que proibiu o trabalho das crianças e reduziu a exploração dos adolescentes.

O juiz Guilherme Guimarães Feliciano, presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), lembra que, equivocadamente, muitos creem que os direitos trabalhistas foram obra de Getúlio Vargas, criador da Consolidação das Leis do Trabalho.

— É certo que a CLT, de 1943, trouxe novidades, mas ela foi essencialmente uma compilação das leis trabalhistas das décadas de 1920 e 1930, que nasceram graças à semente plantada pela greve geral de 1917.

Video sobre a greve de 1917:
<http://bit.ly/greve1917>

Todas as reportagens do Arquivo S:
<http://bit.ly/arquivoS>

Arquivo Nacional

O MOVIMENTO PAREDISTA INTENSIFICA-SE

Agitação operária

Apesar da atitude energica da policia, deram-se ainda hontem varias tropelias - A cidade está sem pão, sem carne e sem leite - O comercio conservou fechadas as suas portas - Em consequencia de uma acção conjuncta da Prefeitura com a policia circularam hontem bondes em diversas linhas - A policia de armas embaladas garantiu o transito - Na rua Augusta um grupo ataeou um bonde, sendo morto um dos assaltantes - Em varios pontos da cidade travaram-se tiroteios entre os grevistas e a policia, sendo morta uma desventurada criança - Varios feridos - A' noite reinou tranquillidade no centro e em todo os arrabaldes

Correio Paulistano de julho de 1917 noticia casos de violência durante a greve

A seção Arquivo S, resultado de uma parceria entre o Jornal do Senado e o Arquivo do Senado, é publicada na primeira segunda-feira do mês.